

LISBOA E A RECOMPOSIÇÃO DA URBANIDADE MERIDIONAL EUROPEIA

JOÃO SEIXAS

CICS.NOVA Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais,
Universidade Nova de Lisboa

1. Tempo de mudanças

No momento em que estas linhas são escritas, terão passado já quase 30 anos após a queda do muro de Berlim, perto de 20 anos após o ataque às torres gémeas, e praticamente 10 anos depois do ano em que eclodiu a grave crise económica e financeira —e política— que assolou a Europa, e notavelmente os seus territórios meridionais. Estes momentos marcantes são, cada um deles e em conjugação com muitos outros mais, reflexo forte de um tempo de profundas mudanças e de transição entre diferentes eras. Como cada vez mais reconhecido, um período de transição de magnitude similar ao que sucedeu com o advento da era industrial e do liberalismo, e com o fim do *ancien régime*. É um tempo que mostra conter, em simultâneo, elementos intensos de luz e de sombra, de confiança e de incredulidade, de esperança e de desespero, de inovação e de injustiça. Tudo surgindo numa dinâmica vertiginosa e por meio de constantes desdobramentos de informação; o que parece deixar as sociedades num acentuado desassossego e com consideráveis dificuldades em focar, em projetar e em planear.

Na verdade, hoje as mudanças parecem não aguardarem por devido esclarecimento. Por todo o planeta vai-se ampliando a reticulação de uma vasta «sociedade urbana» de carácter já completamente global, em detrimento da «sociedade industrial» construída ao longo dos séculos XIX e XX e onde se criaram as fábricas e as estruturas de classe; os Estados e as administrações soberanas; as metrópoles e os direitos sociais.

O efeito mais intenso da conjugação da crescente falência dos modelos modernistas de progresso com a dificuldade sociopolítica em acompanhar devidamente as transformações em curso, tem tido o nome de «crise». Uma crise que tem sido, como se sabe, particularmente dolorosa para o Sul da Europa. O descalabro financeiro ocorrido a partir de 2007/8 —com raízes em relevante medida de base urbanística e imobiliária e fundadas na constante produção no espaço das décadas anteriores— e as consequentes reações políticas de austeridade; alteraram os tecidos sociais, económicos e territoriais, assim como os próprios fundamentos clássicos de progresso. Conforme expresso no início desta

década pelos proponentes do *Green New Deal*,¹ «a economia global enfrenta um triplo crash: trata-se da combinação de uma crise financeira alimentada pelo crédito, da aceleração das alterações climáticas, e da subida dos preços da energia sustentada por um pico de produção de petróleo. Estes três eventos sobrepostos ameaçam transformar-se numa tempestade perfeita, algo nunca visto desde a Grande Depressão».

A formação da sociedade urbana global configura uma transformação histórica da humanidade e do planeta; e coloca nas cidades as chaves do futuro. As reestruturações em curso nos fluxos, nas densidades, nas paisagens e até mesmo nas percepções e cognições urbanas, têm conduzido as cidades a novos tipos de pressões, de oportunidades e de perplexidades.² A desterritorialização dos fluxos de capital, de informação e de poder, potenciada pela revolução tecnológica e informacional e pela difusão das plataformas digitais, tem abalado fortemente as estruturas modernistas de soberania, de regulação e de poder, bem como os modelos de urbanismo e de ordenamento territorial, as próprias pautas culturais e identitárias. Por seu lado, a crise energética e as alterações climáticas provocadas pelos modelos de progresso e de consumo vigentes nas últimas décadas tornaram-se por demais evidentes, sendo este um desafio que exige profundas mudanças —desde logo, nas cidades— e que não permite grandes hesitações.

Entre o final do paradigma que o urbanista François Ascher³ denominou de fordista-keynesiano-corbusiano, e a rápida instalação de um novo tempo onde as relações e funcionalidades de vida urbana, de trabalho, de mobilidade, de consumo configuram hiper-realidades incrementalmente complexas e de influência multiescalar; as transformações têm-se sucedido em conjugação com a crise do urbanismo modernista e das políticas urbanas redistributivas de carácter clássico. Reina hoje uma desconfortável sensação de redundância ou mes-

1. *A Green New Deal. Joined-up policies to solve the triple crunch of the credit crisis, climate change and high oil prices*, Londres, New Economics Foundation, 2008, p. 2.

2. João SEIXAS, *A Cidade na encruzilhada. Repensar a cidade e a sua política*, Porto, Edições Afrontamento, 2013.

3. François ASCHER, *Metapolis ou l'avenir des villes*, Paris, Edições, Odile Jacob, 1995.

mo de impotência, perante economias fragilizadas e forças novas ou mesmo desconhecidas. Perante os impactos da crise económica nas famílias e nas empresas, perante os novos desdobramentos das funções urbanas e o eclodir das plataformas de intermediação (da habitação à mobilidade), perante ainda os novos agentes e capitais de um urbanismo que se tornou global; parece haver claras dificuldades na capacidade de governar os espaços urbanos e mesmo de manter a coesão territorial numa cidade. Existindo uma evidente dificuldade em compreender e capitalizar os elementos mais fundamentais de cada comunidade; bem como em formar, a partir daí entendimentos estruturantes e estratégias de *tempos longos*.

Nestes cenários, não se afigura simples a construção de uma visão de futuro e de base prospectiva, em plena era de tempos instantâneos e de fractalização das atenções em contínuas efemeridades. Na vertigem dos acontecimentos, a sociedade parece mostrar uma desorientação de carácter distópico —a antítese da utopia—⁴ com evidentes dificuldades na focagem em elementos de referência,⁵ sendo os nossos dias submersos em turbilhões imagéticos e de (des)informação e, paradoxalmente, numa atenção quase exclusiva ao imediato e a temas efémeros.

Por entre o conturbado fim de uma era e o início fractal de outra, estes são tempos distópicos, de aumento da precariedade e de dificuldade na focagem política —dificuldade sentida dos representantes aos cidadãos— perante cada novo tema/dilema surgido na cidade as reações tendem a barricar-se entre a euforia e a escatologia. Esta marcada dicotomia, efeito relevante de crispação social, havia já sido retratada nos brilhantes ensaios de Umberto Eco num livro com cinco décadas intitulado justamente «Apocalípticos e integrados». Não surpreende, por sua vez, que os campos onde o atual extremar de posições mais se faz sentir são aqueles cujos capitais simbólicos, emocionais e financeiros são mais elevados. Desde logo, e para o caso de Lisboa, o seu centro histórico. Mas não só.

Porém, por outro lado, e justamente porque é nas escalas locais que mais se faz sentir a premência da mudança, tem sido igualmente nas cidades que as mais estimulantes propostas e alternativas de ação, de planeamento e de participação se têm desenvolvido. Cada

4. Na *Wikipedia* descreve-se o conceito de Distopia como «Pensamento, filosofia ou processo discursivo baseado numa ficção cujo valor representa a antítese da utopia ou promove a vivência em uma 'utopia negativa'. As distopias são geralmente caracterizadas pelo totalitarismo, autoritarismo, por opressivo controle da sociedade. Nelas, 'caem as cortinas', e a sociedade mostra-se corruptível; as normas criadas para o bem comum mostram-se flexíveis. A tecnologia é usada como ferramenta de controle, seja do Estado, seja de instituições ou mesmo de corporações».

5. Zygmunt BAUMAN, *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press, 2000.

vez mais se dizendo que, muito provavelmente, as bases da futura ordem mundial se encontram atualmente já em experimentação nas cidades; ou que no *local* é que se compreende e materializa o *global*.⁶

2. As grandes tendências de Lisboa

Como grande cidade do sul da Europa, também Lisboa se tornou, nos anos mais recentes, numa cidade onde estes paradoxos são bem visíveis e onde a vertigem das mudanças é particularmente manifesta. Quase no final da segunda década do século XXI, a capital portuguesa configura-se cada vez mais cosmopolita e integrada nas tendências vanguardistas globais, vai paulatinamente construindo novas perspectivas de qualidade de vida e de empreendedorismo, foi alterando de forma paradigmática as suas políticas e investimentos urbanísticos —nos espaços públicos, nos equipamentos, nas estruturas ecológicas— reforçou de forma radical as suas estruturas políticas e administrativas de proximidade. Estas são dinâmicas que, a juntar a outras, mostram uma atitude deliberada de transformação. Mas é também em Lisboa que se mantêm pesadas heranças de um passado que menosprezou durante décadas os valores da vida urbana, onde surgem novos riscos de desigualdade ou mesmo de injustiça no acesso a bens basilares como a habitação, onde a força de um urbanismo que se tornou global pode não respeitar

6. Bruce KATZ e Jennifer BRADLEY, *The Metropolitan Revolution - How Cities and Metros Are Fixing Our Broken Politics and Fragile Economy*, Washington, Brookings Focus, 2014; Joan SUBIRATS, *El poder de lo próximo. Las virtudes del municipalismo*, Madrid, Los libros de la catarata, 2016.

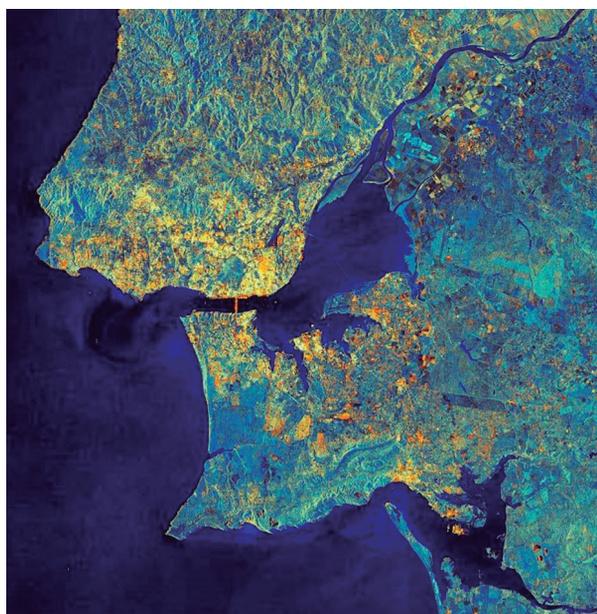


FIGURA 1. Imagem de Satélite da Área Metropolitana de Lisboa (Figura: Agencia Espacial Europeia, 2016).

identidades e capitais urbanos essenciais, onde são ainda grandes as incertezas na gestão transversal de ativos comuns e direitos fundamentais, tais como o estuário do Tejo ou a própria cidadania.

Hoje, a construção de capacidade de projeção para uma cidade, e para os consequentes acionamentos político-sociais e urbanísticos de nova geração, perante as paisagens difusas e consideravelmente fractais em que nos encontramos; exige, antes de mais, uma capacidade de produzir uma razoável descrição e entendimento sobre si própria. Ou seja, sobre as suas forças e fraquezas, sobre o que influencia e como é influenciada, sobre os seus princípios e valores. Em cada uma das suas escalas espaciotemporais, da macro-global à micro-local e dos tempos dos quotidianos aos tempos estruturantes.

Reside aqui um dos maiores paradoxos dos tempos modernos. Em plena época de hiper-informação e de potencial de conhecimento, são muito relevantes os desfasamentos de conhecimento perante as complexidades do mundo urbano atual.

Perante a complexidade do mundo contemporâneo e a evidente inserção de Lisboa nas redes globais de circulação de gentes, ideias e capitais; serão inevitavelmente de ordem vária, as correntes definidoras e valorizadoras quer das suas bases quer das suas tendências. Nos dez pontos seguintes apresenta-se, de forma muito resumida, uma sistematização destas bases e tendências para a capital portuguesa.

1) *As bases da capitalidade de Lisboa*

As bases da capitalidade de Lisboa advêm-lhe de cinco elementos que, não obstante as mutações em curso, se perspectiva manterem-se no longo prazo: pela sua condição de cidade-capital de um Estado com um consolidado posicionamento histórico; pelas suas instituições de ensino e de conhecimento e pelos seus ecossistemas de inovação; pela sua fortíssima centralidade ao nível da produção e dos consumos culturais; pelo seu vincado carácter de cidade aberta e multicultural; pela sua complexa geografia humana constitutiva de múltiplos territórios locais com diversos e multifacetados habitats e quotidianos.

2) *Uma centralidade metropolitana em reformulação*

O sistema urbano com centro na cidade de Lisboa configura uma vasta região que irá continuar a extravar, de forma crescente, as já antigas lógicas de conexão metropolitana.⁷ Quer pela sua história de forte urbanização das últimas cinco décadas, quer agora pelos novos contextos e interdependências de carácter geo-global (sobretudo nas áreas referidas no ponto anterior) Lisboa modela-se por dinâmicas que transcendem de forma evidente as redes do seu núcleo central e mesmo a sua área metropolitana.

7. José Manuel Felix RIBEIRO *et al.*, *Uma metrópole para o Atlântico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

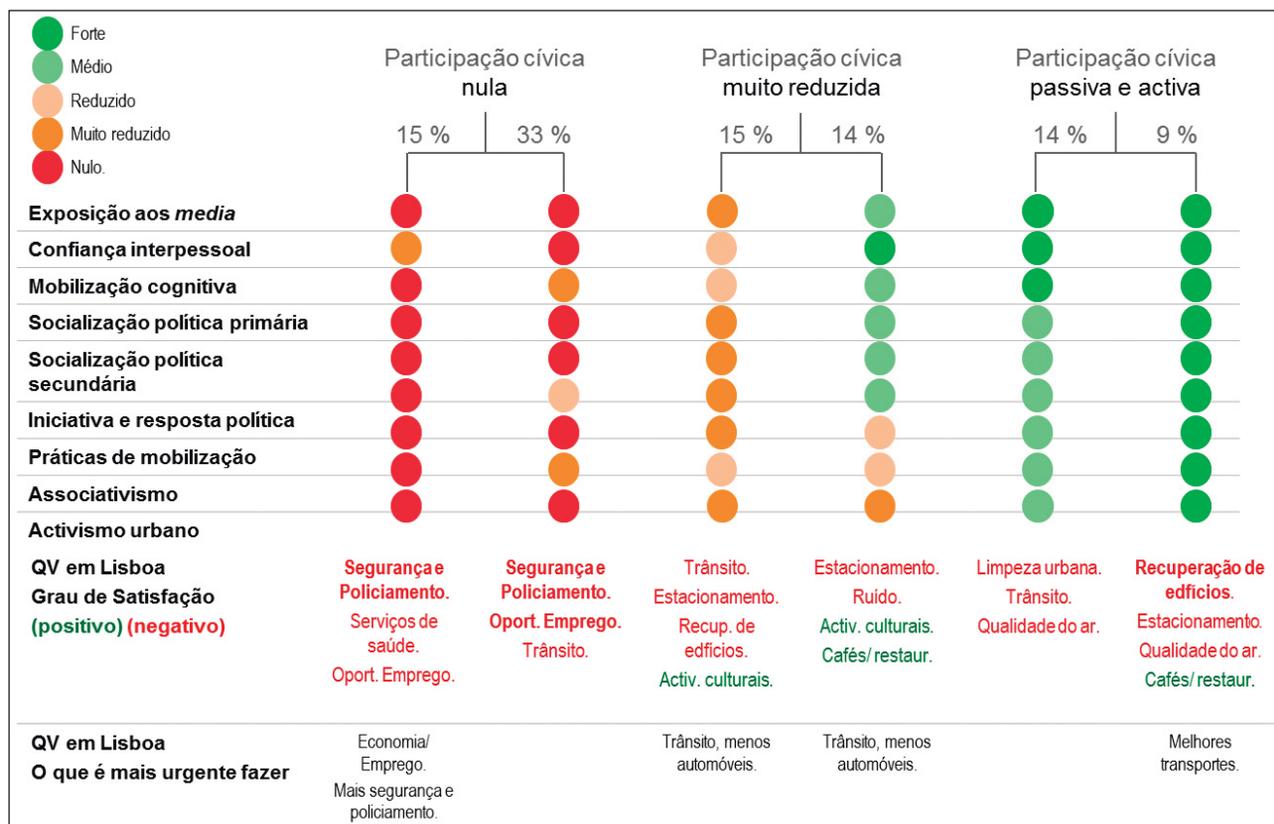


FIGURA 2. Resultados do inquérito aos cidadãos de Lisboa sobre Qualidade de Vida Urbana e Cidadania (Figura: ICS, Universidade de Lisboa, 2010).

3) *A mudança de paradigma económico e a crise*

A década mais recente foi muito recessiva para os territórios do sul da Europa, devido à conjugação da forte crise económica e financeira com as consequentes reações políticas por parte da União Europeia e de diversos estados-membros. As diferentes fases da crise económica e financeira sentida em Portugal⁸ originaram, de forma relativamente sequencial, fortes impactos nas economias de urbanização e nos tecidos sociais delas mais dependentes, crescentes impactos nas classes médias e escolarizadas, e finalmente uma depressão demográfica e técnico-científica, por dinâmicas de emigração. A questão da justiça espacial e das desigualdades socioeconómicas nos espaços urbanos é uma questão-chave de efeitos transversais; tornando-se em si mesma causa e efeito de desenvolvimento ou, pelo contrário, de limitação de novos modelos de progresso social, económico e mesmo ecológico.

4) *A coexistência de uma demografia envelhecida com o advento de uma nova cultura cívica e urbana*

A evolução da demografia de Lisboa tem sido marcada por um declínio populacional acentuado acompanhado por uma tendência de forte envelhecimento. Estas dinâmicas foram condicionadas por fluxos migratórios relevantes. Estes ritmos disruptivos, conjugados com as tendências fractalizantes de base metropolitana, influenciam as densidades residenciais e vivenciais bem como o fomento de novas culturas de usufruto da cidade e da própria cidadania. Não obstante, existem hoje elementos que têm consolidado em Lisboa o que se poderá definir como um considerável capital social e cultural urbano,⁹ por maiores graus de conhecimento e formação, de participação e associativismo, de interação socio-laboral e de consciencialização política. As tentativas de resposta à crise económica e social têm fomentado um crescendo de iniciativas cívicas e da consolidação de movimentos urbanos e de fomento do terceiro sector; em áreas que vão da ecologia urbana à economia social, da mobilidade à habitação. Movimentos estes que, por sua vez, vão aumentando as exigências de uma maior transparência e melhor governação da cidade.

5) *A reformulação das redes de mobilidade e de transportes*

As desequilibradas estruturas de transportes e os fluxos de mobilidade de Lisboa são um inevitável resultado de décadas de dispersão metropolitana e sobretudo de um amplo desfasamento entre a mobilidade residencial e a mobilidade quotidiana; de um contínuo predomí-

nio do transporte rodoviário; de uma permanente insuficiência nas apostas e nos investimentos em transportes coletivos e em políticas de acessibilidade; e enfim das significativas alterações dos usos e ritmos de mobilidade em função da crise económica, da mudança das estruturas socioeconómicas, práticas e usos da cidade. Para o período de mudança paradigmática que hoje se vive, as redes de mobilidade e de transportes, bem como a profunda requalificação dos espaços públicos na cidade, configuram as mais significativas apostas de alteração previstas nas novas políticas da cidade.

6) *O ressuscitar da ligação com o rio e o estuário do Tejo*

A matriz mediterrânea e atlântica da cidade de Lisboa funde-se com o seu «pequeno Mediterrâneo» (como chamou Cláudio Torres ao extraordinário estuário do Tejo). Porém no último século a cidade foi virando as costas às suas margens, ou à sua natureza primordial. Deriva que começou a ser corrigida nos anos mais recentes, quer pela paulatina desativação das atividades portuárias e indústrias de elevado calado, e quer agora pela evidência do potencial extraordinário aqui existente ao nível cultural, ecológico, turístico e enfim económico.

7) *As alterações climáticas e o desafio ecológico*

A região de Lisboa detém uma pegada ecológica relativamente elevada. Revolucionar estruturas, reduzir pressões e alterar comportamentos urbanos implicará não somente a instituição de políticas orientadas para a redução de consumos, mas o aumento de uma capacidade de antecipação, atualmente difícil face às muitas incertezas existentes e que alavancam as tendências de insustentabilidade. As atuais equações de sustentabilidade encontram-se sobretudo em duas grandes dimensões: os consumos e pressões sobre os sistemas e recursos de suporte; e a própria organização da vida urbana. Os modelos de «cidade sustentável» realmente eficientes serão aqueles que conseguirem inverter as tendências ainda predominantes, reduzindo paulatinamente o consumo de recursos e de energia e aumentando o valor das organizações funcionais urbanas. Significando, por sua vez, aumentar a diversidade à pequena escala bem como os níveis de densidade de conhecimento territorial; pugnando por atrair uma considerável massa crítica para cada território —incluindo, obviamente, no seu próprio centro— e assim conseguindo uma melhoria do próprio capital económico.

8) *A profunda revolução tecnológica e digital*

Nos anos recentes tem-se dado uma revolução tecnológica radical de base informacional, com amplas influências nos quotidianos sociais e económicos das cidades. Exemplos recentes muito visíveis são as transformações em curso provocadas pelas novas plataformas de intermediação como a Air BnB ou a Uber. Estas são componentes potentíssimas de alteração da vida urbana, permitindo uma abertura dimensional na

8. João SEIXAS *et al.*, «Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade», *Cadernos Metrópole* (Rio de Janeiro), num. 34 (2015), p. 371-399.

9. João SEIXAS, «Dinâmicas de gobernanza urbana y estructuras del capital socio-cultural en Lisboa», *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles* (Madrid), num. 46 (2008), p. 121-142.

oferta e na procura e uma capacidade de centrifugação de opções e de oportunidades sem paralelo, quer no espaço quer no tempo. Estes novos mecanismos de intermediação não só têm reflexos no modo como as atividades económicas se organizam e como nelas se enquadra o trabalho, como ampliam as possibilidades no âmbito da chamada «economia da partilha», como alteram significativamente as condições e as modalidades da participação e da política. Estas alterações tecnológicas envolvem parte relevante da justificação para o repensar do próprio urbanismo e da gestão urbana.

9) *Um mercado de trabalho em forte reconfiguração*

Com a crise económico-financeira, a taxa de desemprego na AML mais do que duplicou no período entre 2008 e 2014, aumento acentuado com o resgate financeiro, as imposições dos credores internacionais e os correspondentes cortes no investimento e nas políticas sociais. Mais recentemente têm-se verificado relevantes melhorias nos indicadores de emprego e desemprego, em fileiras económicas urbanas relevantes como a reabilitação urbana, o turismo e as áreas culturais e criativas, bem como nas muitas atividades económicas ligadas à restauração, ao comércio e aos serviços. O que pode configurar novas tendências de carácter estruturante no sentido de paisagens de maior sustentação económica, mas por sua vez também baseadas numa considerável precariedade no emprego. Por seu lado, as políticas de fomento de uma rede de start-ups e de apoio a dinâmicas económicas criativas, pode estar a configurar um novo padrão de atividade laboral, essencialmente jovem, com elevadas taxas de dinamismo empresarial (incluindo de turbulência nos nascimentos e mortes de empresas) e com uma interessante capacitação de bases de conhecimento, de tecnologia e de inovação.

10) *A reabilitação urbana e as novas equações no mercado imobiliário e habitacional*

As elevadas pressões sobre o mercado habitacional de Lisboa são resultantes, hoje, do atraso de décadas na maturação das dinâmicas imobiliárias e de reabilitação, das ainda consideráveis lacunas nas políticas de habitação, e também das novas atividades financeiras decorrentes da crescente simbologia global de Lisboa. Estas tendências, na sua maioria tão desejadas, encontram-se a provocar novos paradoxos na conjugação de oportunidades ansiadas há muito, com novas dificuldades no acesso à habitação e nas próprias dinâmicas de vivência quotidiana na cidade. Conjugando pressões que têm resultado numa crescente falta de stock de casas no mercado —sobretudo no mercado de arrendamento, de tão evidente necessidade— bem como num aumento contínuo e mesmo vertiginoso dos preços da habitação.

Estes dez pontos configuram uma proposta sistémica de grandes desafios com que a cidade de Lisboa enfrenta o seu futuro próximo. Configura-se um lastro combinado de metropolização e de crise, com novos desafios de qualificação cultural e económica, bem

como perante novos tipos de pressões urbanísticas de força global. Estes desafios da capital portuguesa afiguram-se de índole substancialmente diferente dos que ainda há muito pouco tempo se encontravam em cima da mesa, nenhum deles podendo ser interpretado por formas estritamente setoriais ou passíveis de circunscrição em qualquer tipo de dimensão analítica ou administrativa estrita. Bem pelo contrário, todos eles são, por natureza, de base transversal, descrevendo uma cidade contemporânea como sistema complexo, mas inevitavelmente interligado.

3. Espaços políticos dinâmicos para a urbanidade meridional

A inauguração da ponte sobre o Tejo, em 1966, ligando rodovariamente as duas margens do Tejo por sobre o grande estuário, tornar-se-ia marco exemplar para o movimento de explosão metropolitana e de desdobramento da vida urbana, através do espaço, que se sucedeu ao longo de várias décadas. Hoje, mais de 50 anos depois desse importante momento modernista, assistimos a um novo tipo de movimento: o da implosão da vida urbana. Através de uma centrifugação de desdobramentos nos hiper-espacos bem como nos hiper-tempos da grande malha meta-urbana, multiplicando-se de forma praticamente contínua as possibilidades modulares da cidade. Este duplo movimento de explosão-implosão da urbanidade alastrou-se, entretanto, a praticamente todo o mundo nesta nova era antropocénica, como se pode perceber —de forma impressionante— em algumas recentes análises de largo espectro, como por exemplo nos trabalhos do Urban Theory Lab da Universidade de Harvard.¹⁰

Perante o intenso ritmo de transformações, as cidades e os seus cidadãos —os que transportarão a conjugação de um aumento de conhecimento com exigência política e com práticas de cidadania— procuram novas capacidades de produzir cidade e vida urbana. Via processos políticos de carácter mais transversal, socialmente perceptíveis, suficientemente arrojados por forma a acompanhar a velocidade das mutações e respectivas exigências. Para tal, haverá que enfrentar importantes questões. Que política urbana agora, na «nova polis» do mundo glocal —mesmo que com tamanho lastro histórico como são as cidades Mediterrâneas—, uma nova polis consideravelmente transfigurada face às suas paisagens e morfologias clássicas, com estruturas de governo divididas entre ações de afirmação competitiva e dilemas de reforma interna, com novos alinhamentos de cognição cultural e de mobili-

10. Veja-se por exemplo: Neil BRENNER, *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*, Berlin, Jovis Publishers, 2014.

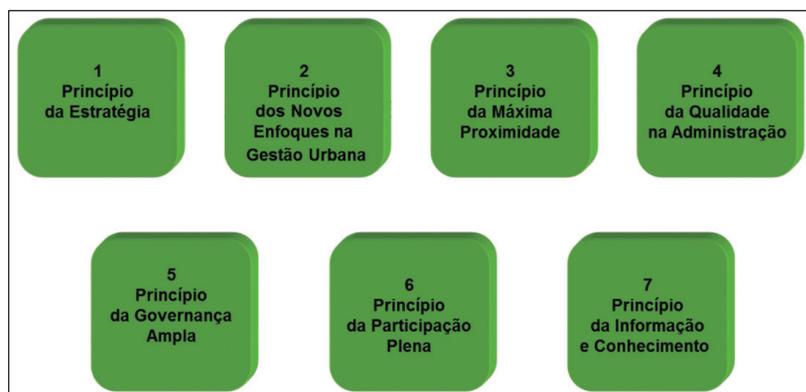


FIGURA 3. Princípios de Boa Governança Urbana, como propostos na Carta Estratégica de Lisboa 2010-2014 (Figura: Câmara Municipal de Lisboa, 2010).

zação da sociedade? Que novos sentidos para os projetos urbanos que se querem eficientes, como sustentar da melhor forma estes projetos para a cidade? Enfim, e salientando justamente a afirmação da sociedade urbana como ente coletivo,¹¹ que formas de construir *projetos coletivos* para a cidade, através de estruturas democráticas e comunicacionais e em paisagens sociopolíticas mais metabólicas, a que o geógrafo David Harvey chamou de «utopia dialética»?¹²

As diferentes propostas e hipóteses em desenvolvimento nos tempos mais recentes sugerem várias formas de abordagem para novas projeções da cidade, mais ou menos radicais consoante se consideram as mudanças em curso como de índole paradigmática ou de relativa continuidade com menores ou maiores sobressaltos. Edward Soja, o notável geógrafo de Los Angeles recentemente desaparecido, escreveu no início do seu famoso livro em torno da pós-metrópole:¹³ «À medida que entramos no novo milénio, o campo dos estudos urbanos nunca foi tão robusto, tão expansivo no seu número de áreas temáticas e de disciplinas envolvidas com o estudo das cidades, tão permeado por novas ideias e olhares, tão sintonizado com os grandes eventos políticos e económicos do nosso tempo, e tão teórica e metodologicamente desestruturado. Talvez seja efetivamente o melhor e em simultâneo o pior dos tempos para estudar as cidades, pois enquanto há tanto que é novo e desafiador de responder, existe muito menos acordo que dantes sobre como melhor fazer sentido, empírica e teoricamente, sobre os novos mundos urbanos em criação».

Apesar das enormes dificuldades bem como das resistências no posicionar de processos políticos e estratégicos perante a incerteza e as influências externas,

11. Francesco INDOVINA (ed.), *La città di fine millennio*. Firenze, Genova, Milão, Napoli, Roma, Torino, Veneza, Franco Angeli, 1991; Oriol NEL-LO, *Ciutat de ciutats*, Barcelona, Editorial Empúries, 2001.

12. David HARVEY, *Spaces of Hope*, Edimburgo, Edinburgh University Press, 2000.

13. Edward SOJA, *Postmetropolis - critical studies of cities and regions*, Oxford, Blackwell Publishers, 2000.

parece existir hoje na sociedade de Lisboa —e, atrevo-me a acreditar, na maioria das principais sociedades urbanas do sul da Europa— uma importante capacidade de transformação política e urbanística. Para além da existência de estratégias concretas em muitas áreas e sectores, encontram-se em posicionamento, em Lisboa, uma série de instrumentos de base crescentemente transversal e que procuram assumir visões mais amplas da cidade. Porém, e não obstante esta notável vitalidade política e técnica, a conjugação do estado-da-arte da cidade —incluindo o seu enorme lastro histórico— com a brutal força disruptiva das atuais transformações em curso, mostra também que a cidade pode ainda não estar, na verdade, completamente preparada para os novos tempos, ao nível das suas capacidades estratégica e prospectiva.

Uma mais consistente projeção de Lisboa terá, por conseguinte, que ser desenvolvida não tanto —ou melhor, não somente— pela definição de metas concretas ou pela definição de determinados cenários de destino para a cidade, mas sobretudo por via da construção de uma cultura de governo, de administração e de participação que, através de sólidos órgãos e instrumentos, seja alimentada de forma permanente por uma capacidade interpretativa e estratégica, sempre atenta a toda a inovação social e urbana que emane quer da própria cidade quer da urbanidade globalizada.

Que órgãos e instrumentos serão esses? Serão aqueles que permitam um acompanhamento e governação das transformações em maior benefício possível do coletivo, das mais diversas comunidades e ecologias de uma cidade tão múltipla e diversa como Lisboa. Que valorizem uma capacitação relacional dos espaços e dos tempos da cidade, em todos os lugares e em todas as escalas desta.

Por entre elementos relevantes de conhecimento, mas também por entre não menos relevantes elementos de desconhecimento, a projeção da cidade deve ser desenvolvida através da construção de uma estrutura que conjugue inteligência, abertura e coragem. Tal exigirá uma série de acionamentos que conjuguem representatividade política com conhecimento e com cida-

dania. Pela definição de princípios essenciais de direitos e de oportunidades na cidade; pela centrifugação da política representativa e das políticas programáticas pelas suas mais variadas escalas de espaço-tempo; por uma capacidade de gestão de questões complexas de forma mais transversal e mais múltipla; pelo respeito e abertura a propostas alternativas e disruptivas; pela construção de novos urbanismos; pela inclusão de novas competências na gestão da cidade; pela abertura participativa da cidadania e dos movimentos sociais urbanos aos mais diversos níveis.

Será necessário —sobretudo em tempos de grandes mutações como o tempo em que vivemos— que se encarem os fatores de mudanças de frente, colocando-os nos mapas prospectivos. Se tal não suceder, outros agentes —muitos deles completamente externos à cidade— encarregar-se-ão de provocar a inevitável mudança, decerto com muito menos preocupação coletiva. Será ainda essencial desenvolver uma capacidade —cultural desde logo; e seguidamente política— de ultrapassar as tentativas de estabelecimento de «geografias morais»; ou seja, de se considerarem determinados lugares mais virtuosos que outros, somente por terem aparentes vantagens de âmbito simbólico, económico e social. Recordemos que as desigualdades, tais como os valores e os capitais, são também territoriais.

Após séculos de projeção no espaço, e da consequente explosão das cidades; será agora tempo de projeção no enorme potencial que o desdobramento de várias dimensões permite. Desde logo, na conjugação funcional dos espaços com os tempos. Mas ainda mais para além das agora possíveis conjugações espaciotemporais; conectando enfim as capacidades multidimensionais da cidade e de cada um dos seus tecidos, com a sua própria essência e princípios, com o ADN das suas matrizes ecológicas e energéticas. Este é um exercício que exigirá o repensar das bases conceptuais do nosso mundo urbano contemporâneo, e o alicerçar de um conjunto de visões renovadas sobre ele. Em que post-metrópoles vivemos hoje? O que verdadeiramente as movimenta e alimenta? Que novo capitalismo se encontra em construção? Quais os seus impactos territoriais e urbanos? Quais, verdadeiramente, são as necessidades sociais de hoje? Que novos conhecimentos, que conexões sociais e que novos tipos de comunidade se encontram em formação? Como será a cidadania do futuro? Que novos direitos urbanos devem ser defendidos? Que novo urbanismo construir e implementar? Que novas estruturas político-administrativas devem governar os territórios urbanos? E, enfim, como projetar a cidade do amanhã? Ou, para o nosso caso, como projetar a Lisboa de amanhã?

Perante horizontes onde os elementos definidores da vida urbana se encontram em reconstrução; perante a estruturação de ferramentas de fomento de uma utopia dialética (como acima já referido, citando Har-

vey)¹⁴ e da co-produção política; perante a disseminação de uma cultura que entenda a cidade e a vida urbana como bens comuns; o exercício de projeção da cidade terá que se constituir, ele próprio, como movimento perpétuo.

Esta construção será tanto mais sólida quanto se conseguir encontrar uma boa coerência entre três elementos vitais que permitirão consolidar na política e na sociedade de Lisboa, uma capacidade de projeção inteligente, permanente e comprometida:

1) *Posicionar princípios e conceitos de vida urbana e de urbanismo*

A vida urbana contemporânea sustenta-se em princípios e conceitos basilares, embora poliédricos, como os da justiça espacial, do direito à cidade, da ecologia urbana, da qualidade de vida, da economia partilhada, dos bens comuns. A defesa e sustentação destes princípios significa profundas mudanças nas paisagens da administração urbana e da própria cidadania. Desde logo, na transversalidade dos focos. Em vez de se pensar apenas em habitação, haverá que pensar em termos de habitat (com tudo o que tal conceito envolve em termos de habitação, acessos às funções e equipamentos urbanos, qualidade de espaços públicos, etc.). Em vez de pensar apenas em mobilidade e transportes, haverá que pensar em termos de acessibilidades e respectivas redes. Em vez de pensar apenas em espaços públicos, haverá que pensar em termos de espaços de sociabilidade, de mobilidade, de diversidade. Em vez de pensar apenas em espaços verdes, haverá que pensar em termos de espaços de usufruto e de estruturas ecológicas. Em vez de pensar apenas em ambiente, haverá que pensar em termos de consumos, sustentabilidade, biodiversidade. Em vez de pensar apenas em equipamentos, haverá que pensar em termos de usos, acessos, programações, redes de inclusão. Em vez de pensar apenas em empresas, haverá que pensar em termos de conhecimento, valor, redes, capacitações. Enfim, em vez de pensar apenas em termos de participação e de consensos, haverá que pensar em termos de uma cultura permanente de governança, de pactos e de compromissos. O que nos leva, como sugeriu o famoso urbanista François Ascher,¹⁵ a questionar as bases do urbanismo modernista e a construir, justamente, novos princípios para um novo urbanismo. Elaborando e dirigindo projetos para contextos mais incertos e dando prioridade ao pensamento estratégico; trabalhando para objetivos e não tanto para meios; pugnando por malhas urbanas mais complexas e multissensoriais (e menos especializadas funcionalmente); adaptando as ofertas urbanas a diferentes necessidades; favorecendo

14. David HARVEY, *Spaces of Hope*, 2000; David HARVEY, *Rebel Cities*, Londres, Verso, 2013.

15. François ASCHER. *Novos Princípios do Urbanismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2012.

oportunidades e programações diferenciadas; compreendendo os lugares em função dos seus usos sociais (que são múltiplos e não unívocos, por natureza humana). Era, aliás, também nestes sentidos que a Carta Estratégica de Lisboa colocava princípios essenciais a assumir e a comprometer, para cada uma das seis grandes questões então colocadas.

2) *Fomentar o conhecimento e o reconhecimento na cidade*

A combinação de conceitos (em evolução) com práticas (também em evolução) exigirá uma óbvia necessidade de colaboração permanente com os centros de conhecimento analítico e prospectivo (de universidades a outros think tanks, quer locais quer internacionais), mas também com os conhecimentos de base que emanam da própria cidade através dos seus movimentos sociais e urbanos. Alimentando as capacidades de leitura da cidade e de correspondente capacidade de ação mais eficiente e transdisciplinar. A revolução tecnológica *smart* e *open* presentemente em curso parece permitir a explosão de tais capacidades de conhecimento —e, conseqüentemente, de projeção. É uma tendência muito apelativa para a política, por ser consideravelmente evidente. Mas será uma ilusão pensar que a revolução tecnológica será em si suficiente para «o bom governo da cidade». Na verdade, os princípios que sustentam o progresso da cidade somente serão verdadeiramente nutridos se, a par da revolução tecnológica, a sociedade, a universidade, e a política igualmente se emanciparem. Por seu lado, o trabalho conjunto com os movimentos da cidade e com a cidadania afigura-se particularmente relevante como ferramenta poderosa de difusão de reconhecimento da cidade.¹⁶ Perante a meta-urbanidade, a fractalidade e os simulacros imagéticos, tornou-se mais vital que nunca a construção de comunidade; quer em termos culturais e perceptivos, quer em termos de práticas colaborativas. Há um trabalho amplo a desenvolver no sentido de reforçar os instrumentos de comunicação e de co-produção de pensamento e de políticas, tendo a humildade suficiente para reconhecer que a maior inovação e as alternativas mais estimulantes poderão estar, na larga maioria das vezes, do lado da cidadania e dos movimentos urbanos. Ou seja, estar-se-á a alimentar a capacidade da cidade de produzir propostas e soluções para o seu progresso. Como escrito em torno da questão da qualificação da governação na Carta Estratégica de Lisboa,¹⁷ «a revitalização do sistema democrático e

de governação de Lisboa passa, assim, pela criação de estruturas e de processos que permitam uma maior proximidade entre a política e o cidadão, e uma maior partilha dos destinos coletivos da cidade e de cada um dos seus bairros. Por ser o lugar dos quotidianos de cada cidadão, por ser o espaço-tempo privilegiado das nossas vivências e dos nossos labores, por ser a escala com maior potencialidade de sinergias (sociais, económicas, culturais, criativas, e evidentemente também políticas), a cidade poderá tornar-se elemento-chave de formação de novas formas de construirmos comunidade, e de nesse sentido conseguirmos desenvolver redes, pactos e valores mais comuns e coletivos».

3) *Reforçar os espaços políticos da cidade*

A cidade de Lisboa deve sustentar, para as suas principais escalas —bairro, freguesia, município, metrópole, região— espaços políticos suficientemente legítimos para dinamizar projetos e políticas urbanas eficazes, mas também de «tempos longos». Sendo que estes espaços da política e da cidadania deverão estar verdadeiramente próximos dos espaços das necessidades, das oportunidades, das ansiedades e dos desejos, bem como dos valores da ética e da responsabilidade. Conjugando uma administração multinível e multi-sectorial com uma cidadania participativa e deliberativa. De novo recordando a questão da governação na Carta Estratégica de Lisboa (id.), «a revitalização política de Lisboa deve passar, igualmente, por um manifesto reforço das capacidades de gestão e de administração pública da cidade, face às novas necessidades e desafios das urbes do século XXI (...) Haverá, assim, que ser bem mais estratega, abrangente e integrador; haverá que melhor perceber os espaços e os tempos verdadeiramente essenciais para o desenvolvimento e a coesão da cidade, dotando de responsabilidades e recursos as escalas e os órgãos mais adequados de ação pública em cada dimensão; haverá que ser bem mais exigente, bem mais eficiente, bem mais auto-crítico e avaliativo; haverá que motivar recursos e clarificar competências; haverá que dotar de informação e de conhecimento os mais variados espaços de debate e de decisão política». Recordando as perspectivas de Michel Crozier,¹⁸ a chave de uma evolução qualitativa e imparável, para as dimensões da governação estratégica da cidade, está na consolidação dos instrumentos de «mutação da inteligência» nas paisagens da governação da cidade. Ou seja, na consolidação dos seus elementos mais visionários e participativos e, enfim, verdadeiramente democráticos.

16. Oriol NELLO, *La ciudad en movimiento*, Madrid, Diaz & Ponz, 2015.

17. *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 - Um Compromisso para o Futuro da Cidade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa,

2009, <<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/carta-estrategica>> (consulta: 9 março 2018).

18. Michel CROZIER, *La crise de l'intelligence. Essai sur l'impuissance des élites à se reformer*, Paris, InterEditions, 1995.